



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 213592-2

186

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FELIPE DE MIRANDA MOTTA

PACIENTE: HEIDER ANTONIO DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

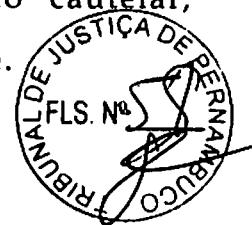
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

5936

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. MATÉRIA DE MÉRITO NÃO PASSIVEL DE ANÁLISE ATRAVÉS DE HABEAS CORPUS. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. A alegação de inocência é matéria que exige revolvimento probatório, incabível, pois, na via estreita do *habeas corpus*.
2. A decretação e manutenção da prisão do paciente se mostram devidamente respaldadas no art. 312 do Código de Processo Penal. *In casu*, o paciente foi denunciado pela prática de homicídio qualificado que teve por motivação o fato de a vítima ter se recusado a traficar drogas para o citado paciente e para um comparsa, o que denota a sua periculosidade e assiduidade no cometimento de ilícitos.

3. Atributos pessoais são irrelevantes para ilidir a prisão cautelar, mormente quando a necessidade da segregação se sobrepõe.
4. Ordem conhecida e denegada. Unânime.

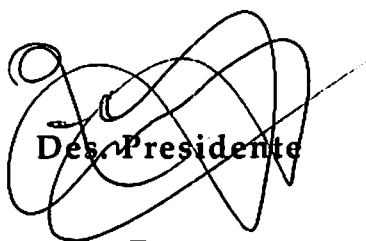


ACÓRDÃO

187

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 213592-2 onde figura como paciente Heider Antonio da Silva, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem de *habeas corpus* pleiteada**, nos termos do voto do Relator.

Recife, 8 de junho de 2010.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

188

PROCESSO Nº 213592-2

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FELIPE DE MIRANDA MOTTA

PACIENTE: HEIDER ANTONIO DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

RELATÓRIO

O advogado Felipe de Miranda Motta impetrou o presente *habeas corpus* em favor de HEIDER ANTONIO DA SILVA, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Recife.

Na inicial, o impetrante alegou que o paciente foi preso por força de mandado de prisão preventiva e denunciado pela morte de Edinaldo José Gomes da Silva.

Sustentou que o decreto prisional é carente de fundamentação e que a autoridade impetrada teceu argumentação abstrata, fazendo alusões ao "grau de periculosidade e garantia da ordem pública" para ensejar a decretação da prisão preventiva.

Argumentou que o paciente é inocente, primário, possui endereço certo, ocupação lícita, além de ser arrimo de família, sendo, portanto, merecedor da concessão do benefício da liberdade provisória.

Asseverou, outrossim, que inexistem os necessários à decretação da combatida custódia.



Requeru, assim, a concessão da liminar da ordem de *habeas corpus* impetrada, a fim de que seja restaurada a liberdade do paciente. No mérito, pela concessão definitiva do *writ*.

189

O pleito de concessão da almejada liminar restou indeferida por esta Relatoria às fls. 19/21.

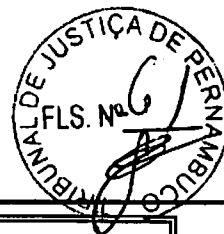
A autoridade apontada como coatora, solicitada a prestar informações, relatou com detalhes como se deu o curso do processo que tramita em desfavor do paciente às fls. 28/30, colacionando cópias da denúncia, do decreto preventivo, parecer do Ministério Público, além da decisão que manteve a custódia do paciente, entre outros expedientes às fls. 31/48.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou pela denegação da ordem às fls. 52/54, firmando o entendimento segundo o qual o decreto preventivo é munido de suficiente fundamento, inexistindo, pois, o alegado constrangimento ilegal.

É O RELATÓRIO.

Recife, 8 de junho de 2010.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

190

PROCESSO Nº 213592-2

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FELIPE DE MIRANDA MOTTA

PACIENTE: HEIDER ANTONIO DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

VOTO

Conforme relatado, o impetrante pleiteia, em síntese, a concessão da liberdade provisória, sob os argumentos de inexistência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva e de carência de fundamentação do decreto custodial.

Primeiramente, cumpre ressaltar que a alegação de inocência levantada em favor do paciente não pode ser, *in casu*, objeto de apreciação, por se tratar de matéria de mérito, incabível na estreita via do *habeas corpus*.

Cuido que a pretensão não merece acolhida, muito embora se alegue que o paciente ostenta atributos pessoais que lhe credenciam ao benefício da liberdade provisória e que não se encontram presentes os motivos e pressupostos ensejadores da prisão preventiva.

Ao paciente é imputada a prática de crime de homicídio qualificado, cujas características afrontam a ordem pública. Depreende-se da denúncia colacionada às fls. 31/43:

"(...)

No dia 01 de janeiro de 2010, por volta das 9:00 horas, na Brasília Formosa, em via pública, nas proximidades do IATE CLUBE, Brasília Teimosa, nesta cidade, os denunciados, utilizando armas de fogo, em comum acordo prévio e unidade de desígnios, efetuaram disparos contra Edinaldo José Gomes da Silva, conhecido por 'Chiquinho', produzindo-lhe as lesões descritas na perícia tanatoscópica de fls. 37 dos autos, causadoras da morte da vítima.

191

No momento da ação criminosa a vítima estava acomodada em uma mesa de bar, ao ar livre, juntamente com as pessoas de Givanildo Laurindo dos Santos, Erison Vicente Ferreira e Carlos André da Silva, quando foi surpreendida com a chegada dos acusados, os quais, já de armas em punho passaram a efetuar os disparos, de forma que tornou impossível a defesa da vítima.

O homicídio foi praticado por motivo torpe, pelo fato da vítima ter se recusado traficar drogas para os acusados, o que ocorrera outrora, ocasião em que a vítima foi presa, mas, ao conseguir a liberdade desistiu do mundo criminoso, o que não foi aceito pelos acusados.

(...)".

Analisando o decreto de fls. 34 ora combatido, verifico que o juízo condutor do processo-crime, após ter ressaltado a presença de indícios suficientes de autoria e prova da existência do crime, justificou a necessidade de segregação do paciente para a garantia da ordem pública e para assegurar a credibilidade da Justiça. Levou em consideração o fato de o paciente ser afeito à prática reiterada de delitos, bem como a condição de foragido do mesmo. Tais motivações perduraram ao longo do andamento do feito, tanto que o pedido de revogação da prisão preventiva foi denegado pela autoridade impetrada.

Resta, pois, evidente que a prisão cautelar açoitada atende aos requisitos da garantia da ordem pública e, pelo visto, da instrução criminal, já que a conduta do paciente evidencia periculosidade.

Por certo que a gravidade abstrata do delito não pode servir de fundamento para a segregação cautelar, contudo, se extrai inegável periculosidade do *modus operandi* empregado no crime.

A jurisprudência desta Corte, em sintonia com os precedentes dos Tribunais Superiores, tem se firmado no sentido de que a periculosidade, evidenciada pelo modo de agir do réu, serve como fundamentação idônea e suficiente para manter a prisão.



O Superior Tribunal de Justiça tem decidido que a periculosidade do agente autoriza a prisão cautelar:

192

"Estando a segregação antecipada fundada na necessidade concreta de manter-se a prisão cautelar a bem da ordem pública, evidenciada pelo modus operandi empregado pelo paciente e pelos motivos desproporcionais que o levaram ao cometimento dos ilícitos, fatores que, no caso, bem revelam a sua falta de equilíbrio emocional e periculosidade, resta plenamente justificado o acórdão que conservou a prisão cautelar." (STJ. HC 119281. Rel. Min. Jorge Mussi. Dje. 23.03.09).

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA EVIDENCIADO PELO MODUS OPERANDI DO DELITO. EXCESSO DE PRAZO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE.

1. A prisão preventiva do Paciente está satisfatoriamente motivada com a indicação de elementos concretos no tocante à necessidade de garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do acusado e da gravidade de sua conduta, evidenciadas pelo modus operandi do delito.

2. Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituírem a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

3.(Omissis).

4. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegado."

(HC 138.733/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 05/11/2009, DJe 30/11/2009).

Assim, demonstrada a necessidade e pertinência da custódia, satisfatoriamente fundamentada está o decreto preventivo, por presentes as hipóteses do art. 312, do CPP.

Lado outro, consoante entendimento das Cortes Superiores de Justiça, reiterado por este Sodalício por meio da Súmula 86, "As condições pessoais favoráveis ao causado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".

Em vista de todo exposto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem de *habeas corpus* pleiteada.

É COMO VOTO.

Recife, 8 de junho de 2010.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator

